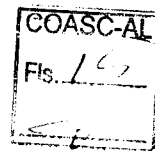




Estado do Tocantins
Poder Legislativo



REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 37/2023

AUTOR: Deputado **MOISEMAR MARINHO**

ASSUNTO: Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico.

RELATOR: Deputado **EDUARDO MANTOAN**

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PARECER

I – RELATÓRIO

Vem a esta comissão para exame e parecer o projeto de Lei nº 37/2023, de autoria do deputado MOISEMAR MARINHO, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de crédito firmados por meio eletrônico ou telefônico”.

O ilustre proponente apresenta como justificativa para a proposição a proteção do direito do consumidor, proteção de seus interesses econômicos e segurança em relação a fraudes e golpes.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, tendo seu Relator apresentado voto pela APROVAÇÃO do PL 37/2023, com base na possibilidade de edição, em caráter suplementar, às normas gerais expedidas pela União, em conformidade com a Constituição da República, pacificações do STF e Lei Federal 4.545/64.

Os membros da referida comissão aprovaram o parecer da relatoria, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa. Portanto, o PL seguiu para a presente Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle para apreciação e análise dos aspectos financeiros e orçamentários do PL 37/2023.

É o relatório.



Estado do Tocantins
Poder Legislativo



II – VOTO

Diante do trâmite regular deste PL, segue para análise desta comissão quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, manifestando sobre a compatibilidade e adequação com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, nos termos do artigo 73, inciso II do Regimento Interno desta casa.

Sendo assim, esta relatoria não vislumbra qualquer impacto financeiro e orçamentário diferente do já previsto e aprovado na Peça Orçamentária Anual, uma vez que a responsabilidade pelo cumprimento das exigências recai sobre as instituições financeiras e de crédito.

Ademais, cumpre ressaltar que projeto de lei que trata sobre esta mesma pauta tramita no Senado Federal sob nº 74/2023, bem como já fora promulgada no âmbito do Estado da Paraíba (Lei Estadual nº 12.027/2021), tendo sua constitucionalidade validada pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 7.027/PB).

Ante ao exposto, e de acordo com a legislação vigente, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei 37/2023**, de 07 de março de 2023.

É o PARECER

Sala das Comissões, 29 de maio de 2023.


Deputado **EDUARDO MANTOAN**
Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)
Deputado(a) EDUARDO MANTOAN, referente ao (a),
..... PL n° 37 / 2023, na Comissão de Finanças, Tributação,
Fiscalização e Controle.

Encaminhe-se ao Campo de Administração, Sala de Defesa do Consumidor
Sala das Comissões, 30 de maio de 2023.


Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**

Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

MEMBROS EFEITIVOS

Dep. **FABION GOMES**

Dep. **LEO BARBOSA**

Dep. **OLYNTHO NETO**


Dep. **EDUARDO MANTOAN**

MEMBROS SUPLENTES

Dep. **MARCO MARCELO**

Dep. **JORGE FREDERICO**


Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **EDUARDO DO DERTINS**